

# A infância e os impasses da Modernidade

Amadeu de Oliveira Weinmann<sup>1</sup>

## Introdução

Neste trabalho, a infância é compreendida como um sintoma da Modernidade<sup>2</sup>. No entanto, isso implica definir sintoma e Modernidade. Por sintoma, entendo um ponto de condensação discursiva, que nos incita a propor interpretações. Em contrapartida, o conceito Modernidade nos oferece algumas dificuldades. Em *A interpretação dos sonhos*, de 1900, Freud diferencia a subjetividade na Antiguidade Clássica e na Modernidade, em sua análise do Édipo Rei, de Sófocles, e de *Hamlet*, de Shakespeare. Se, no primeiro, as fantasias incestuosas são livremente encenadas, no último, elas são encobertas pelo véu do recalque. Em *O processo civilizador*, de 1939, o sociólogo Norbert Elias comenta uma descontinuidade radical entre as sociedades tradicionais e as modernas: o advento da noção de civilidade, a partir da publicação de *A civilidade pueril*, de Erasmo de Rotterdam, em 1530. Em *As palavras e as coisas*, de 1966, o filósofo Michel Foucault sugere que a episteme moderna caracteriza-se pelos limites de seu sujeito do conhecimento e pela historicidade de seus objetos empíricos; a morte de Deus introduz a finitude no pensamento. Em *História da vida privada* – coleção coordenada por Philippe Ariès e Georges Duby, originalmente publicada entre 1985 e 1987 –, a tônica da ruptura entre tradição e Modernidade é colocada na passagem de uma sociedade centrada na comunidade para outra, que põe em primeiro plano o indivíduo e distingue vida pública e privada. Em *O desaparecimento da infância*, de 1984, o sociólogo das tecnologias da comunicação, Neil Postman, propõe que o advento da tipografia possibilita a transição de uma cultura oral – a tradicional – para outra letrada: a moderna. Neste trabalho, propõe-se, em uma circularidade que não é irrefletida, que modernas são as culturas em que a infância é um sintoma constitutivo. Dito de outro modo, modernas são as sociedades em que se produz uma proliferação discursiva, em cujo centro cintila a palavra infância; tal condensação discursiva nos permite formular algumas perguntas acerca da subjetivação atual.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>2</sup> Texto escrito a partir do roteiro da conferência realizada na IIª Jornada de Estudos de Literatura Infantojuvenil e Representações da Infância (UnB, set. 2017). Sua base é o livro *Infância: um dos nomes da não razão*, ao qual remeto os leitores interessados em aprofundar o estudo desse tema.

## A invenção da infância

Em *História social da criança e da família*, de 1960, Philippe Ariès lança a polêmica tese de que a infância é uma invenção da Modernidade. Desde seu ponto de vista, as sociedades medievais não reconhecem a particularidade infantil. Seus argumentos:

1. o termo latino *infantia*, assim como o francês *enfance*, refere-se aos que não dominam os códigos da língua oral, ou que, por sua condição de inferioridade social, não podem fazer uso da palavra (*in-fante*, em latim, é não falante);
2. na iconografia medieval, os seres pequenos não representam crianças (eles sequer têm traços infantis), mas pessoas de posição subordinada;
3. na Idade Média, o vestuário assinala as distinções sociais, mas não as diferenças etárias;
4. no tocante às festas e aos divertimentos, eles são compartilhados por toda a comunidade (ver as pinturas *Jogos infantis* [1560], de Pieter Brueghel, o Velho, e *A quermesse de São Jorge* [1628], de Pieter Brueghel, o Jovem);
5. ausência das noções de pudor e inocência infantil;
6. a aprendizagem se dava no convívio com os maiores;
7. as escolas medievais não separavam os alunos por idade;
8. a linhagem e a comunidade eram mais importantes do que a família.

*História da infância*, livro decorrente de pesquisa patrocinada pela Associação de Psicanálise Aplicada dos Estados Unidos da América e publicado em 1974, pretende contestar essa tese de Philippe Ariès. No entanto, Lloyd DeMause e colaboradores descrevem algumas práticas extremamente comuns, desde a Antiguidade até os séculos XVII a XIX. São elas: o infanticídio, o abandono, a exposição das crianças rejeitadas em lugares públicos, o espancamento, o enfaixamento (ver *Nascimento de Jesus* [1643], de Philippe de Champaigne), a sodomia, a entrega às amas-de-leite ou aos conventos, a venda como escravos ou para pagamento de dívidas, dentre outras. Porém, talvez o mais significativo, nessa pesquisa monumental, que abarca o período compreendido entre os séculos II e XIX, é o reconhecimento de que as crianças têm uma existência indiferenciada, isto é, de que as fontes históricas se referem a elas apenas incidentalmente. Elas não são objeto de registro escrito.

Em *História social da criança e da família*, Philippe Ariès comenta alguns momentos da constituição da infância como objeto discursivo privilegiado – ou, em sintonia com o que é dito na Introdução, alguns momentos da irrupção da vida moderna:

1. séc. XV: a infância torna-se tema da iconografia religiosa;
2. séc. XVI: a pintura da criancinha nua – o *putto* – reaviva o Eros helenístico (ver *Diana e Atteone* [1522-24], de Parmigiano);
3. séc. XVII: surgem retratos de crianças sem os pais (ver *As crianças de Habert de Montmors* [1655], de Philippe de Champaigne);
4. séc. XVII: os retratos de família tendem a organizar-se em torno dos filhos (ver *Retrato de família* [1668-69], de Rembrandt);
5. séc. XVII: o termo francês *enfance* tende a circunscrever-se às crianças;
6. séc. XVII: uma intensa campanha moralizadora, liderada pelos reformadores do cristianismo, consolida a ideia de inocência infantil;
7. séc. XVII: a escola cristã, baseada na disciplina dos conventos, incorpora grande parte dos filhos da burguesia;
8. séc. XVIII: o traje de marinheiro torna-se o vestuário típico dos meninos burgueses;
9. séc. XVIII: jogos e brincadeiras distintos para nobres e burgueses, por um lado, e para criança e plebeus, por outro;
10. séc. XVIII: nascimento da literatura infantil, por meio da lapidação escrita de uma antiga tradição oral (“contos de fadas”);
11. séc. XVIII: constitui-se a família nuclear moderna;
12. séc. XIX: o século da infância.

Essa descontinuidade histórica tem como fio condutor a intensa problematização desse obscuro objeto dos saberes modernos: a infância. Em *Ensaio* – originalmente publicado em 1580 –, o intelectual renascentista Montaigne (1972, p. 186) observa:

[...] não posso conceber que se beijem as crianças recém-nascidas, ainda sem forma definida, sem sentimento nem expressão que as tornem dignas de amor. [...] Uma afeição sincera e justificável deveria nascer do conhecimento que nos dão de si e com esse conhecimento crescer, a fim de que então, se o merecerem [...], cheguemos a uma afeição realmente paternal. Se não forem dignos desta, nós o perceberemos dando sempre ouvido à razão, apesar das sugestões em contrário da natureza. Amiúde é o inverso que ocorre. Em geral, sentimo-nos mais comovidos com os trejeitos, os folguedos e as bobagens das crianças do que mais tarde com seus atos conscientes, e é como se delas gostássemos à maneira de símios e não de homens.

Na construção dessa problematização, a família moderna não é fonte, mas efeito. Do séc. XVII a meados do XVIII, a escola religiosa é o lugar das crianças entre 6 e 12 anos, isto é, entre o advento da razão e os primórdios da puberdade. Este recorte cronológico instaura a infância, ao mesmo tempo em que a divide entre antes e durante a escola; e a pedagogia cristã é quem orienta as famílias acerca de como educarem seus filhos. De meados do séc. XVIII à metade do XIX, a medicina atenta os pais para os perigos do onanismo infantil. Uma campanha contra a promiscuidade entre parentes, agregados e criados culmina na constituição da família nuclear burguesa. Uma definição de funções se produz: pais educam na primeira infância e Estado, na segunda. Na segunda metade do séc. XIX e em uma retomada do problema do onanismo infantil, constitui-se o que Foucault (2001) denomina psiquiatria da anormalidade. É nesse momento que se formula o conceito perversão, que enlaça infantilidade, sexualidade e loucura. O livro *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de Freud – originalmente publicado em 1905 –, instaura a perspectiva do século XX, diante desse problema.

## *Racionalismo moderno: o solo de emergência da infância*

Em *Infância: um dos nomes da não razão*, assumo a tese de que a infância é uma invenção da Modernidade. No entanto, endereço a ela a seguinte pergunta: que condições tornam não apenas possível, mas também necessário o aparecimento da infância? Minha hipótese: a partir do momento em que ser um sujeito racional – tanto do ponto de vista epistêmico quanto moral – torna-se um imperativo nas culturas ocidentais, a infância surge como um dos nomes da não razão. Tal tendência pode ser lida em quatro eixos, os quais enlaçam dois campos fundamentais na constituição da infância – filosofia e educação:

1. Ontologia: define a virtualidade racional das subjetividades.

2. Epistemologia: prescreve as práticas epistêmicas, mediante as quais as subjetividades podem realizar sua potencialidade racional.
3. Pedagogia: institui as práticas sociais, por meio das quais tais subjetividades submetem-se ao governo da razão.
4. Moral: estabelece o autocontrole dos impulsos corpóreos – a civilidade – como o padrão de conduta racional.

Nessa perspectiva, o livro *Discurso sobre o método* – originalmente publicado em 1637 –, de Descartes, pode ser lido como inaugural da tendência moderna de pôr o sujeito em questão, isto é, de colocar, diante de uma pergunta filosófica, o problema epistemológico. Sua máxima – penso, logo sou – é elaborada por meio de uma sinistra operação. Em *História da loucura*, Foucault observa que, nas meditações cartesianas, posso ser dominado pela imaginação e pelos sentidos, também posso ser influenciado pelo ambiente – em suma, posso ser infantil –, mas não posso ser louco. No pensamento cartesiano, enquanto a loucura é condição de impossibilidade do pensar, a infância é o que resiste à disciplina metódica da razão. Com o objetivo de promover a passagem da infância (não razão) à adultez (razão), as sociedades modernas constituem o que denominamos educação, um singular enlace entre um campo do saber – a pedagogia – e uma instituição dotada de poder: a escola.

No entanto, isso não implica que a obra de René Descartes põe em movimento essa forma moderna de subjetivação; ela apenas a formaliza. Em *Didática magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos* – originalmente publicado em 1649 –, o teólogo protestante Comenius funda a pedagogia moderna. Sua concepção é de que a infância se situa nos níveis elementares de uma progressão racional, cuja plenitude é a racionalidade perfeita: Deus. Aquilo que a filosofia cartesiana formaliza, a pedagogia comeniana teoriza e a escola cristã instaura, socialmente. Em um contexto marcado pela morte de Deus, há um rearranjo nas relações entre filosofia e educação, mas elas persistem. Em *Emílio ou da educação* – originalmente publicado em 1762 –, Rousseau sugere que a infância é não razão espontaneamente orientada para a razão. No ensaio *Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”?* – originalmente publicado em 1783 –, Kant propõe que o Iluminismo é a saída da minoridade, por meio do uso da razão. Se, por um lado, a obra do pensador genebrino tem seu foco na infância, por outro, a do filósofo de Königsberg mira a razão. Todavia, ambos têm em vista a formação do cidadão – sujeito racional, signatário do contrato social.

Nessa tradição, Freud insere-se como aquele para quem as múltiplas modalidades da não razão – infância, sexualidade, loucura e morte – são constitutivas do sujeito. Em suas contribuições ao campo da educação, é possível assinalar dois momentos: o da prevenção de neuroses e o da educação impossível. Inicialmente, o criador da psicanálise

pensa ser virtualmente possível adequar o perverso-polimorfo ao projeto racionalista moderno, por meio de uma educação que não suprima seus impulsos libidinais – o que desemboca em uma neurose –, mas que também não favoreça sua gratificação direta, o que conduz à perversão. A sublimação e a formação reativa são formas racionais de elaboração de si próprio, que se põem em bons termos com o processo civilizador da Modernidade. Posteriormente, Freud inclui-se entre os que consideram impossível educar, curar e governar. O mais pulsional do pulsional – a tendência a restaurar um estado anterior (pulsão de morte) – resiste à captura pela razão e torna os infantis ineducáveis, incuráveis e ingovernáveis. Em Freud, os limites do racionalismo moderno são intransponíveis.

Se, no prefácio à segunda edição de *História social da criança e da família*, de 1973, Philippe Ariès sugere que o avanço em direção à liberdade do aborto, na contemporaneidade, indica um declínio do sentimento da infância, em *O desaparecimento da infância*, Neil Postman postula que o advento das mídias eletrônicas, desde a invenção do telégrafo, promove o colapso da cultura letrada da Modernidade. Nesse sentido, se o livro pressupõe a diferenciação entre os que dominam seus códigos simbólicos e os que não os dominam, a televisão é de acesso universal: todos podem acompanhar seu fluxo de imagens. Em decorrência, esboroar-se-ia a distinção entre infância e adultez – um dos traços constitutivos da Modernidade.

## *Declínio da Modernidade?*

No início deste trabalho, sugiro que a infância é um sintoma da Modernidade. Aliás, faço mais do que isso: sustento que a infância é um sintoma constitutivo das culturas modernas. Nesse sentido, como pensar a tese do desaparecimento da infância, na atualidade? Ela implica, necessariamente, o fim da Modernidade? Com o intuito de pensar essas questões, proponho uma discussão acerca de dois temas altamente relevantes, na contemporaneidade: a pedofilia – talvez o último dos tabus sexuais – e o filicídio, eufemisticamente denominado infanticídio, nas pesquisas em história da infância. Por meio de uma reflexão sobre esses temas, endereço ao leitor algumas perguntas concernentes à subjetivação contemporânea.

No diário de Luís XIII, seu médico pessoal, Heroard, relata diversas situações em que as pessoas que cercam o pequeno delfim tocam, beijam e chupam suas tetas e seu pênis. Em *História da infância*, DeMause (1982b, p. 44) observa que

só raras vezes Heroard revela que o delfim era um sujeito passivo de todas essas manipulações sexuais [...]. A maioria das vezes descreve,

simplesmente, como o despiam e o levavam para a cama com o rei, a rainha, ou ambos, ou com diversos criados, sendo objeto de manipulações sexuais desde que era um lactante até ter pelo menos sete anos.

Em *História social da criança e da família*, Ariès (1981, p. 125) também analisa este documento:

O leitor moderno do diário em que Heroard, o médico de Henrique IV, anotava os fatos corriqueiros da vida do jovem Luís XIII fica confuso diante da liberdade com que se tratavam as crianças, da grosseria das brincadeiras e da indecência dos gestos cuja publicidade não chocava ninguém e que, ao contrário, pareciam perfeitamente naturais.

Ao longo do século XVII, uma reforma moralizadora de grande alcance altera as mentalidades e os costumes. Os cuidados com o pudor e a castidade das crianças tornam-se meticulosos. Em *História social da criança e da família*, Philippe Ariès descreve quatro princípios dessa nova doutrina moral:

1. nunca deixar as crianças sozinhas: por meio de uma vigilância constante, impede-se que a promiscuidade prolifere;
2. não mimar as crianças: a paparicação das crianças pequenas estimula nelas a concupiscência e, posteriormente, não se consegue mais corrigi-las;
3. preocupação com a decência: desconfia-se das leituras, das conversas, das canções, dos espetáculos e do convívio com os criados; cruzada contra o hábito de deitar várias crianças na mesma cama;
4. exigência de respeito: deve-se substituir a antiga familiaridade por uma grande reserva nos comportamentos e na linguagem.

Desse esforço moralizante, que tem seu apogeu no século XIX, decorre o conceito de inocência infantil.

A sacralização da infância expressa-se na devoção ao Menino Jesus, que se dissemina nesse período (ver *Adoração dos reis magos* [1630], de Pieter van Lint). É o culto da infância sagrada, a qual inspira uma literatura pedagógico-moral, que exalta a vida das crianças santas e a infância dos santos adultos. Este também é o momento em que surge o culto ao anjo da guarda, protetor das crianças. E é nessas circunstâncias que a primeira comunhão se constitui na grande festa religiosa da infância. Tornada

uma cerimônia solene no século XVIII, ela celebra a dupla face desse sentimento da infância, que impregna as culturas modernas: a inocência – reflexo da pureza divina – e a fragilidade racional e moral, que requer a educação da infância, a fim de que seja digna de ser a imagem do menino Jesus.

Pergunta: qual a nossa posição diante desse constructo moderno, que é a inocência infantil? Como compreender o extraordinário sucesso de *Lolita*, livro publicado em 1955, por Vladimir Nabokov, e, em 1962, filmado por Stanley Kubrick? Podemos interpretar *Lolita* como expressão artística de um desejo recalcado, em nossa cultura? E o que dizer do voyeurismo pedófilo na internet e do tráfico sexual de crianças? Devemos entender que, no que concerne ao tabu da pedofilia, a barreira do recalque desmorona, na contemporaneidade?

Em *História da infância*, DeMause (1982b, p. 47) observa: [...] o infanticídio de filhos legítimos e ilegítimos era praticado normalmente na Antiguidade, [...] o de filhos legítimos reduziu-se ligeiramente na Idade Média e [...] seguiu-se matando os filhos ilegítimos até já entrado o século XIX.

De acordo com esse historiador da infância, nem mesmo na *Bíblia* encontra-se uma atitude empática com as crianças. Em mais de duas mil referências, há muitas sobre o sacrifício de crianças, sobre o apedrejamento de crianças, sobre o açoitamento de crianças, sobre sua obediência estrita, sobre o amor aos pais e sobre seu papel como portadoras do nome da família, mas nem uma só que revele alguma empatia por suas necessidades. Inclusive a conhecida frase: “deixai vir a mim as criancinhas”, refere-se à prática habitual no Oriente Médio de exorcizar pela imposição das mãos, prática aplicada por muitos santos com o intuito de erradicar o mal inerente às crianças: “então lhes foram apresentadas umas crianças para que lhes impusesse as mãos e orasse... E havendo imposto as mãos, foi-se dali” (p. 37).

Em um levantamento do século XVI sobre esse tema, constam as seguintes causas das mortes de 30 crianças:

Estranguladas, cinco; sufocadas, duas; asfixiadas com uma almofada, uma; no forno, uma; em uma valeta, três; em um celeiro, uma; afogadas em um pântano, quatro (uma nascida morta); em um poço, uma; enterradas em um buraco, uma; desnucadas, três; encerradas em uma arca e depois enterradas em um monte de esterco, uma; degoladas, duas (uma foi depois afogada); jogada contra o pilar da cama, uma; golpeada por um homem, uma; causa não especificada, três (Tucker, 1982, p. 275).

Sobre essa tolerância ao infanticídio, Ariès (1981, p. 17) acrescenta:



Não se tratava de uma prática aceita, como a exposição em Roma. O infanticídio era um crime severamente punido. No entanto, era praticado em segredo, correntemente, talvez camuflado, sob a forma de um acidente: as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam.

A indiferença para com as crianças, nas sociedades pré-modernas, resulta em altos índices de mortalidade infantil, como encontramos em *História da infância*:

1. “em uma época [séculos IX a XIII] em que a esperança de vida [...] era de trinta anos, as taxas de mortalidade neonatal eram extraordinariamente elevadas e as de mortalidade infantil, mais elevadas ainda, talvez aproximadamente da ordem de um ou inclusive dois de cada três” (McLaughlin, 1982, p. 137);
2. no século XVII, a mortalidade infantil ainda é alta: na França, “[...] a mortalidade infantil raras vezes descia muito abaixo de 25% e, em tempos difíceis, chegava com frequência aos 75% [...]” (Marwick, 1982, p. 294). Na Inglaterra, “[...] calcula-se que as taxas de mortalidade infantil variavam de 13 a 16% na primeira metade do século XVII e entre 12 e 15% na segunda metade” (Illick, 1982, p. 337).

Se, por um lado, a arte renascentista é fértil na representação de cenas de intimidade entre mães e filhos pequenos (ver *Santa Ana, a Virgem e o Menino* [1508-10], de Leonardo da Vinci), por outro, “[...] uma criança dessa idade, um ano mais ou menos, provavelmente jazia enfaixada e imóvel, muitas vezes infeliz e subnutrida, e à mercê de uma nutriz a quilômetros de distância de sua mãe” (Ross, 1982, p. 230). Nesse sentido, é significativo que efígies funerárias de crianças só aparecem no século XVI, indicando uma nova sensibilidade em relação a sua perda (ver *O massacre dos inocentes* [1610], de Rubens). E é só a partir do século XVIII que as amas-de-leite passam a morar nas residências burguesas, em vez de os bebês serem enviados às suas casas. Nesse momento, difundem-se o controle de natalidade e o cuidado da higiene e saúde das crianças. Em decorrência dessas medidas, cai sensivelmente a mortalidade infantil.

Pergunta: os casos da menina Isabella Nardoni, de 5 anos, arremessada da janela do sexto andar do edifício onde morava, em São Paulo, e do menino Bernardo Boldrini, de 11 anos, morto por meio de uma injeção de analgésicos, em Três Passos/RS, indicam um retorno ao infanticídio – para não falar em filicídio? A volúpia midiática em torno desses casos põe em relevo algum obscuro desejo da opinião pública?

## Considerações finais

Uma explosão discursiva, em torno de um novo objeto de saber: a infância. Este é um traço singular das culturas modernas. Nesse sentido, a difusão de denúncias de pedofilia e filicídio, na atualidade, indicaria o declínio da Modernidade? Na medida em que esses interditos parecem balançar, sim, mas não se pode esquecer que, entre ideal cultural e organização social, sempre há uma tensão; uma vez que não paramos de falar da infância, não. Parafraseando Deleuze (1996), pode-se dizer que, se, por um lado, sujeitos modernos é o que estamos deixando de ser, por outro, sujeitos modernos é o que ainda somos. Sujeitos divididos, como propõe a psicanálise.

## Referências

- ARIÈS, Philippe (1981). *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). (2006). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- COMÉNIUS, João Amós (1966). *Didáctica magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DELEUZE, Gilles (1996). O que é um dispositivo? In: \_\_\_\_\_. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega.
- DeMAUSE, Lloyd (1982b). La evolución de la infancia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza.
- DeMAUSE, Lloyd (Org.). (1982a). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza.
- DESCARTES, René (2010). *Discurso sobre o método*. São Paulo: Hemus.
- ELIAS, Norbert (1994). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FOUCAULT, Michel (2001). *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel (2002). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel (2005). *História da loucura na idade clássica*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva.

FREUD, Sigmund (1996a). A interpretação dos sonhos. In: \_\_\_\_\_. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. 4 e 5.

FREUD, Sigmund (1996b). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. 7.

ILLICK, Joseph (1982). La crianza de los niños en Inglaterra y América del Norte en el siglo XVII. In: DeMAUSE, Lloyd (Org.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza.

KANT, Immanuel (1974). Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? (“Aufklärung”). In: \_\_\_\_\_. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes.

MARWICK, Elizabeth (1982). Naturaleza y educación: pautas y tendencias de la crianza de los niños en la Francia del siglo XVII. In: DeMAUSE, Lloyd (Org.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza.

McLAUGHLIN, Mary (1982). Supervivientes y sustitutos: hijos y padres del siglo IX al siglo XIII. In: DeMAUSE, Lloyd (Org.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza.

MONTAIGNE, Michel (1972). Da afeição dos pais pelos filhos. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural.

NABOKOV, Vladimir (2011). *Lolita*. Rio de Janeiro: Objetiva.

POSTMAN, Neil (2005). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.

ROSS, James (1982). El niño de clase media en la Italia urbana, del siglo XIV a principios del siglo XVI. In: DeMAUSE, Lloyd (Org.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1995). *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes.

TUCKER, M. S. (1982). El niño como principio y fin: la infancia en la Inglaterra de los siglos XV y XVI. In: DeMAUSE, Lloyd (Org.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza.

WEINMANN, Amadeu (2014). *Infância: um dos nomes da não razão*. Brasília: Editora da UnB.